

DINÂMICA DA INOVAÇÃO E O PAPEL DOS ATIVOS INTANGÍVEIS NOS PLANOS DE NEGÓCIOS EMPRESARIAIS E NOS FINANCIAMENTOS À PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO – P,D&I.

Paulo Cesar Leite Esteves (Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC)
Solange Maria da Silva (Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS)

RESUMO

O trabalho objetiva colaborar com os estudos relativos à dinâmica do conceito de inovação e sua incorporação nos fatores de avaliação dos Programas de Financiamento das Agências Nacionais, levando empresas intensivas em tecnologia a incorporarem esses conceitos em seus Planos de Negócios, destacando o papel que os ativos intangíveis começam a desempenhar no processo de alocação dos recursos públicos pelas agências nacionais de financiamento a pesquisa, desenvolvimento e inovação – P,D&I.

1. INTRODUÇÃO

Um marco nas políticas nacionais de apoio à pesquisa, desenvolvimento e inovação-P,D&I foi a criação em 1999 dos Fundos Setoriais, como resultantes do processo de privatização e desregulamentação de diversas atividades econômicas operadas pelo setor público federal. Foram criados 16 Fundos com recursos constituídos por contribuições incidentes sobre o faturamento de empresas e/ou sobre o resultado da exploração de recursos naturais pertencentes à União. Essa estrutura gerou uma fonte permanente de recursos com a necessária estabilidade financeira para o cumprimento das estratégias nacionais em ciência e tecnologia, provocando significativa mudança na

oferta de financiamento público, reembolsável e não reembolsável, para o desenvolvimento de programas e projetos na área

O aumento na oferta de recursos vem propiciando a criação de um conjunto de novos instrumentos de apoio às empresas para que desenvolvam programas e projetos de P,D&I, tais como, o Prosoft operado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e o Inova Brasil, operado pela Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP.

Esse direcionamento de recursos públicos resulta da crescente importância da inovação como elemento de competitividade entre as nações e suas organizações produtivas. Conforme Sbragia (2006) é preciso chamar a atenção para o fato de que as empresas não inovam isoladamente, mas geralmente o fazem no contexto de um sistema de redes de relações diretas ou indiretas com outras empresas. Essas redes incluem a interação com a infra-estrutura de pesquisas pública e privada, com as instituições de ensino e pesquisa, com a economia nacional e internacional, com o sistema normativo e com as políticas governamentais.

Para nortear suas ações na área de pesquisa e desenvolvimento – P&D as empresas desenvolvem estratégias de inovação que são incorporadas aos seus Planos de Negócios. Esses, por seu tempo, estão cada vez mais sendo utilizados não só como instrumentos estratégicos de condução e tomada de decisão empresarial, como também, como parte fundamental do processo de formulação, negociação e avaliação para a concessão de recursos pelos novos programas de financiamento à inovação das Agências Nacionais.

Nesse processo, as empresas intensivas em tecnologia que, regra geral, pela natureza de suas atividades, tem baixo investimento em ativos fixos, encontram sérias dificuldades em constituir as garantias reais necessárias à tomada do financiamento.

As agências estão sensíveis ao problema e vem buscando alternativas que vem passando pelo aceite de recebíveis de longo prazo e fiança bancária, entretanto, eles são possíveis para um número reduzido de empresas, pois no primeiro caso, derivam de um modelo específico de negócio e no segundo, implicam em custos financeiros elevados que inviabilizam as operações.

Uma resposta para esta questão pode ser construída pelas empresas e agências de financiamento, por um processo de valoração dos ativos intangíveis, consolidados em um Relatório Intelectual que “mostra como o valor será criado por meio da atividade de

pesquisa e desenvolvimento e descreve o papel dos vários componentes do capital intelectual” (INTELIGÊNCIA EMPRESARIAL, 2006, p.5) e sua incorporação às Políticas Estratégicas de Negócio das empresas e dos processos de alocação de recursos públicos.

Isso representa mudanças significativas que incorporem novos métodos e elementos de avaliação e garantias baseados nos conceitos da economia do conhecimento que tem no capital intelectual o principal elemento para a criação de valor no presente e no futuro dos negócios da organização.

- OBJETIVO

Esse trabalho objetiva colaborar com os estudos relativos à dinâmica da inovação e o papel dos ativos intangíveis nos planos de negócios empresariais e no processo de alocação de recursos pelos instrumentos públicos operados pelas agências nacionais de financiamento à pesquisa, desenvolvimento e inovação-P,D&I no país, buscando discutir a necessidade de mudanças nos requisitos de garantias necessários à concessão de recursos públicos de forma adequada às condições de operação das empresas que atuam com base na economia do conhecimento.

2. PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

No presente estudo utilizou-se a pesquisa bibliográfica e documental, visando explicar o problema de pesquisa com base nas referências teóricas publicadas em livros e documentos diversos.

2.1 Pesquisa Bibliográfica

No entendimento de Cervo e Bervian (1996) e Oliveira (1997), a pesquisa bibliográfica procura explicar um problema a partir das referências teóricas publicadas em documentos. Gil (1991) e Salvador (1977) afirmam que a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, “constituído principalmente de livros de leitura corrente, de referência e periódicos” (GIL, *APUD* ANDRADE, 1996).

A pesquisa bibliográfica é um meio de formação por excelência. Como trabalho científico original, constitui a pesquisa propriamente dita na área das Ciências Humanas. (CERVO; BERVIAN, 1996)

Na visão de Gil (1991), a principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente.

2.2 Coleta e análise dos dados

Neste tópico, abordam-se os aspectos relacionados aos tipos de dados coletados e à análise dos dados utilizados nesta pesquisa.

2.2.1 Coleta dos dados

Os dados coletados nesta pesquisa foram de dois tipos:

- a) dados primários, que, segundo Andrade (1996), são constituídos por obras ou textos originais. Englobam obras que ainda não foram analisadas ou interpretadas e constituem o subsídio das pesquisas documentais;
- b) dados secundários, que se constituem da literatura a respeito das fontes primárias, isto é, de obras que interpretam e analisam fontes primárias.

2.2.2 Análise dos dados

Na pesquisa realizada foi realizada uma análise histórica, longitudinal, das políticas das agências no que se refere à concessão de financiamento e as condições de garantia necessárias para a obtenção de financiamento, baseadas em ativos tangíveis. E, a partir disso, uma análise sobre uma nova alternativa de garantias baseada em ativos intangíveis.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1. Evolução do Conceito de Inovação

Todo o conjunto de políticas e programas que vem sendo desenvolvidos no Brasil na área de tecnologia e inovação considera de forma relevante na sua formulação, conceitos que são de aceitação internacional visando seu entendimento pelas principais agências que atuam no estudo, pesquisa e fomento na área de ciência, tecnologia e inovação.

A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE criada em 1961, sucedendo à Organização para a Cooperação Econômica Europeia, criada em 1948, é responsável pela coordenação do estudo que serve de referência mundial para a área de inovação, denominado Manual de Oslo – Diretrizes para Coleta e Interpretação de Dados sobre Inovação.

Sua primeira edição é de 1992 e resultou do trabalho realizado durante as décadas de 1980 e 1990 sobre os diversos aspectos e área envolvendo o processo de inovação. Essa edição foi “centrada na inovação tecnológica de produto e processo (TPP) na indústria de transformação” (MANUAL DE OSLO, 2005, pg. 11).

A segunda edição foi publicada em 1997 e, alinhada à dinâmica dos mercados empresariais, ampliou o escopo do conceito de inovação incorporando o setor de serviços e passando a considerar dois novos tipos: Inovação de Marketing e Inovação Organizacional.

A terceira edição é de 2005, e seu conteúdo vem balizando a ação dos principais agentes brasileiros de ciência, tecnologia e inovação.

De acordo com o Manual (2005) uma inovação é a implementação de um produto (bem ou serviço) novo ou significativamente melhorado, ou um processo, ou um novo método de marketing, ou um novo método organizacional nas práticas de negócios, na organização do local de trabalho ou nas relações externas.

Conforme preconizado pelo Manual (2005), o requisito mínimo para se definir uma inovação é que o produto, processo, método de marketing ou organizacional sejam novos (ou significativamente melhorados) para a empresa. Isso inclui produtos, processos e métodos que as empresas são as pioneiras a desenvolver e aqueles que foram adotados de outras empresas ou organizações. Outro requisito necessário para que enquadramento no âmbito dos conceitos de inovação é que ela já tenha sido implantada, ou seja, a inovação não pode ser uma proposta ou um desejo, ela tem que ter sido materializada pela sua colocação no mercado.

De acordo com o Manual de Oslo (2005), existem 04 (quatro) tipos de inovação que permeiam as diversas áreas e atividades das empresas: Inovação de Produtos; Inovação de Processos; Inovação de Marketing e Inovação Organizacional.

No que tange, especificamente, a inovação tecnológica, existe um grande conjunto de formulações, dentre as quais merece destaque, as propostas de autores,

diretamente, envolvidos com a formulação e operação dos instrumentos de financiamento a programas e projetos de P,D&I

Nesse sentido, cabe citar a visão de Guimarães (2000) que conceitua inovação tecnológica como sendo “a introdução no mercado de produtos, processos, métodos ou sistemas não existentes anteriormente ou com alguma característica nova e diferente da até então em vigor”.

Para Longo (1996), inovação tecnológica é a “solução de um problema tecnológico, utilizada pela primeira vez, descrevendo o conjunto das fases que vão desde a pesquisa básica até o uso prático, compreendendo a introdução de um novo produto no mercado, em escala comercial tendo, em geral, fortes repercussões sócio-econômicas”.

A inovação tecnológica vem se constituindo em uma das principais estratégias das empresas para manter e ampliar sua presença no mercado uma vez que se constitui, em uma das causas do aumento sistemático da competitividade e barreira para entrada de novos concorrentes.

A inovação é vista como a incorporação de novo conhecimento a novos processos ou a novos produtos direcionados a novos mercados. Nesse sentido, ela se constitui em elemento-chave para o crescimento e o desenvolvimento econômico. Por essas razões, o foco da análise econômica está se deslocando da alocação eficiente e estática de recursos escassos para os processos de criação de novos recursos, como, principalmente, o conhecimento. (SILVA, 2000).

As empresas inovadoras criam valor não a partir de recursos físicos, mas da inteligência e da competência das pessoas, assim como dos relacionamentos entre elas e seus clientes, que são seus ativos intangíveis, seus ativos de conhecimento. Para Sveiby (1998) gestão do conhecimento é a arte de criar valor alavancando os ativos intangíveis.

Se inovação é que agrega valor e provém da aplicação do conhecimento, as empresas precisam formatar seus processos de gestão no sentido de apropriar seus ativos de conhecimento como elementos de sua estratégia de competitividade. A inovação é um fenômeno complexo, que precisa ser deliberado e guiado por atividades sistemáticas de criação, aplicação e disseminação de conhecimento.

Nesse quadro, inovação não é apenas questão estratégica para as empresas; é tema de política pública, pois vários atores, direta ou indiretamente influenciados pelas

regulamentações dos governos, constituem elemento essencial no processo de inovação e por consequência do uso e aplicação do conhecimento.

3.2. Evolução dos Planos de Negócios para Empresas Intensivas em Tecnologia

No dinâmico mundo dos negócios diversos aspectos colocam a inovação tecnológica como importante elemento da capacidade de competir das empresas e dos países

não se pode negar a contribuição e o papel que a inovação tecnológica tem assumido no desenvolvimento socioeconômico dos países, por meio da criação de novas oportunidades de negócios. O ritmo desse crescimento, tanto nos países desenvolvidos quanto nos países em desenvolvimento, irá depender da capacidade de se introduzirem inovações tecnológicas adequadas. (SBRAGIA ET AL, 2006, pg. 38)

A inovação é resultante de um processo sistêmico de trocas entre os diversos agentes sociais, econômicos, políticos e culturais que modelam o ambiente onde opera a empresa. Os Parques Científicos e Tecnológicos e as Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica são exemplos da estruturação de ambientes propícios ao desenvolvimento da inovação pela presença de todos os elementos necessários à ocorrência das diversas fases do processo de inovação, desde a pesquisa básica até a comercialização pioneira dos produtos desenvolvidos.

A inovação só existe se o produto é lançado e consumido pelo mercado, mostrando que atende às demandas dos clientes. Nesse pressuposto, a empresa que transforma o conhecimento em inovação se situa como o elemento central do processo de inovação.

A importância das Empresas Intensivas em tecnologia está no fato de que elas atuam como verdadeiros aditivos e catalisadores dos demais setores da economia, representando uma parcela significativa dos investimentos em P,D&I do setor privado.

Para definir os parâmetros e requisitos visando à concessão de recursos no âmbito dos Programas Nacionais de P,D&I a FINEP (2009) utiliza o conceito de empresa de base tecnológica que se aplica a empresa de qualquer porte ou setor que tenha na inovação tecnológica os fundamentos de sua estratégia competitiva.

Outra classificação utilizada pela FINEP (2009) é a de empresas nascentes de base tecnológica ("start up") que são empresas cuja estratégia empresarial e de negócios

é sustentada pela inovação e cuja base técnica de produção está sujeita a mudanças frequentes, advindas da concorrência centrada em esforços continuados de pesquisa e desenvolvimento tecnológico.

Por último, temos as empresas de base tecnológica emergente que são aquelas que se diferenciam pelas perspectivas de crescimento acelerado.

A empresa intensiva em tecnologia, para melhor desenvolver sua atuação no mercado e criar as condições para acessar aos recursos dos programas nacionais de pesquisa e desenvolvimento, deve elaborar um Plano Estratégico de Inovação com objetivo estabelecer de forma clara, as estratégias corporativas direcionadas para o seu esforço de inovação, como desdobramento do seu Plano Estratégico Organizacional.

Existem duas premissas básicas para a eficácia da atividade de P&D em uma empresa. A primeira delas é que a atividade inovativa esteja completamente alinhada ao planejamento estratégico da organização, indo de encontro de seus objetivos e interesses. A segunda premissa é que a própria atividade de P&D seja estruturada a partir de um processo de planejamento estratégico, por meio de ferramentas diversas como técnicas de prospecção tecnológica ou a elaboração de um plano diretor. (SBRAGIA ET AL, 2006, pg. 54)

Para que o Plano Estratégico alcance os resultados esperados ele deve conter elementos que possibilite à empresa a tomada de decisão

nas seguintes seis áreas: o momento de entrada competitiva no mercado; a seleção dos componentes de um portfólio de tecnologias; o nível desejado de competência em cada tecnologia; a fonte da qual cada tecnologia é obtida; o nível de investimento em P&D e as políticas e práticas de P&D na empresa. A estratégia seguida no que tange ao momento de entrada no mercado é provavelmente, a mais importante a ser feita corretamente, já que afeta todas as outras decisões estratégicas (MATTOS E GUMARÃES, 2005, pg. 31)

A inovação se faz por um processo sistêmico de interação entre o ambiente interno e externo da empresa. As empresas que trabalham com inovação, no que tange ao ambiente interno, segundo Rossi (2009) sabem que não se trata de uma dinâmica fortuita. Nesse sentido, estabelecem processos formais capazes de viabilizá-la. Trata-se, sobretudo, de processos que estimulam a geração de idéias, além de garantir o feedback, favorecer a colaboração e múltiplas perspectivas na avaliação, reconhecer e premiar aqueles que se aventuram a sugerir coisas novas e, também, concretizá-las, através da gestão integrada, permitindo a geração de valor para a empresa

O grande desafio para a empresa é criar um ambiente interno favorável à inovação. Inserir nos seus valores organizacionais, elementos para a formação de uma cultura voltada para a inovação.

O desenvolvimento do Plano Estratégico de Inovação busca minimizar os riscos da empresa em desenvolver e colocar no mercado novos produtos, a partir de uma análise estruturada do seu ambiente externo e interno. As decisões estratégicas definidas no Plano precisam ser detalhadas para que a empresa possa ter informações suficientes à tomada de decisão quanto aos investimentos necessários para desenvolver a inovação proposta.

Para tanto, ela deve desenvolver um Plano de Negócios que tem como principal função “prover uma ferramenta de gestão para o planejamento e desenvolvimento inicial de uma star-up. No entanto, o plano de negócio tem atingido notoriedade como instrumento de captação de recursos financeiros junto a capitalistas de risco e *angel investors*, principalmente, no tocante às empresas de tecnologia com propostas inovadoras” (DORNELLAS 2008, pg. 79).

A utilização no Brasil dos Planos de Negócios, como instrumentos do processo de gestão empresarial, se deu a partir da década de 90, principalmente, a partir da área de software por meio de programas da área de ciência e tecnologia, como o SOFTEX, voltado à promoção da exportação do software produzido no país, que foi coordenado pelo CNPQ, sendo que, “a explosão da Internet, no final do ano de 1999 e início de 2000, e o Programa Brasil Empreendedor, do Governo Federal, propiciaram a disseminação do termo plano de negócios em todo o país (DORNELLAS, 2005, pg.79).

Atualmente, os Planos de Negócios estão presentes no processo de gestão das empresas que buscam participar do mercado competitivo de forma estruturada e com base em dados e informações técnicas e científicas, estejam elas em fase inicial de criação (start up), ou como empresas já estabelecidas.

Hoje, os Planos de Negócios podem ser conceituados como um documento dinâmico que serve para planejar de forma detalhada o lançamento e a expansão de um negócio (bem ou serviço), que estabelece um roteiro para o seu desenvolvimento e que funciona como elemento de comunicação entre a empresa e os diversos agentes sociais e econômicos que formam o seu ambiente.

3.3. Os novos Programas de Financiamento à Inovação

Elementos de destaque no Sistema Nacional de Inovação são as agências nacionais de financiamento à inovação representadas no país pela Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, empresa vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia e

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, ligado ao Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior, responsáveis por operacionalizar as políticas e programas de C,T&I no país.

Com o elevado grau de complexidade assumido pelo Sistema, que vem recebendo uma soma crescente de recursos, e com o estabelecimento de metas de massificação de programas de extensão e capacitação tecnológica e a dinâmica dos conceitos de inovação, as agências públicas têm hoje uma grande responsabilidade na construção de mecanismos de operação e avaliação, que possam suportar o processo de decisão para alocação dos recursos públicos na área de tecnologia e inovação.

A presença de um diversificado número de atores institucionais e de programas de financiamento, reembolsáveis e não reembolsáveis, para atender às empresas de diversos portes em todo o país, configuram um grande desafio.

O quadro exige uma atuação sistemática de avaliação dos processos e resultados dos investimentos públicos, para validar e aperfeiçoar as políticas, instrumentos e procedimentos utilizados.

O processo de decisão deve estar alicerçado em critérios técnicos de mérito e relevância compatíveis com os conceitos e políticas de C,T&I.

Atenta a essa questão, a FINEP encomendou uma avaliação da Primeira Chamada Pública de Subvenção Econômica de 2006 realizada pelo Departamento de Política Científica e Tecnológica da Universidade Estadual de Campinas sob a coordenação do CGEE.

A experiência do CGEE em avaliação dos instrumentos públicos de ciência e tecnologia foi consolidada no livro “Os novos instrumentos de apoio à inovação: uma avaliação inicial”, desenvolvido em parceria com a Associação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento das Empresas Inovadoras – ANPEI, lançado em 2008.

O escopo da pesquisa compreendeu a análise dos mecanismos de apoio direto às empresas englobando os novos incentivos fiscais, resultantes das Leis de Inovação e do Bem, as Chamadas Públicas de Subvenção Econômica, as linhas de crédito à inovação, compreendendo recursos reembolsáveis com encargos fixos e sob a forma de capital de risco, bem como, a atuação dos Fundos Setoriais, por meio dos editais lançados no país.

O trabalho destaca que existem esforços significativos a serem realizados pelas agências governamentais e pelas empresas privadas para que sejam maximizados os resultados dos instrumentos lançados pelo governo.

No âmbito das agências de fomento, as conclusões apontam para uma fase de transição de todo o sistema público de apoio à inovação (CGEE/ANPEI, 2008, pag. 97).

No que diz respeito ao papel das agências, o estudo conclui que,

tanto nas instituições de pesquisa como nas agências públicas foi naturalmente se difundindo uma “cultura” de projetos. Essa cultura permeia a aplicação dos novos instrumentos de apoio à inovação. Quase a totalidade dos instrumentos pressupõe a avaliação de projetos e não a avaliação da estratégia da empresa. Ou seja, a análise das instituições está voltada para o exame de projetos e não para a avaliação da estratégia tecnológica e mercadológica das empresas (CGEE/ANPEI, 2008, pag. 98).

No que diz respeito às empresas o estudo conclui que a maior parte dos instrumentos de apoio à inovação atua no sentido de reduzir custos, na visão das empresas.

assim como as instituições públicas, as empresas também parecem estar passando por um período de transição. Algumas delas começam a perceber como a redução de custos pode ajudar a intensificar seus esforços de desenvolvimento tecnológico. Outras já assumem programas menos imediatistas, caminhando em direção a pesquisas e ao desenvolvimento de tecnologias básicas, com maior densidade de conhecimento técnico-científico, e com possibilidades de uso variado em novas linhas de produtos ou em novos processos de produção. (idem, pag.100).

Como resultado desse estudo e da experiência do seu corpo técnico na operação dessas linhas foram introduzidas diversas mudanças no processo de apresentação de propostas à FINEP. O desafio é grande, pois é necessário incorporar nos formulários novos conceitos de avaliação com elementos que traduzam o processo de geração, retenção e incorporação de conhecimentos e inovação na prática da empresa inovadora, que lhe propicia estabelecer vantagens competitivas duradouras.

“Em ambientes empresariais turbulentos como os que se apresentam nos dias de hoje, não há geração de vantagens competitivas sustentáveis a não ser por meio do que a empresa sabe, de como consegue utilizar o que sabe e da rapidez com que aprende algo novo” (SBRAGIA ET AL. 2006, PG. 80).

Pode-se afirmar que houve um substancial avanço na oferta de programas de financiamento à inovação do país por meio da FINEP. Na condição de créditos reembolsáveis a agência oferece recursos para médias e grandes empresas no âmbito do Programa Inova Brasil, com taxas extremamente atraentes, resultado de engenharia financeira que combinou fundos com retorno e recursos de subvenção gerando encargos e condições de amortização compatíveis com o perfil das operações de inovação. Tão importante quanto à questão dos encargos, é a nova abordagem dada pela FINEP para as

operações do Programa, que prioriza a visão das políticas estratégicas da empresa em detrimento da visão passada de projeto, tão bem diagnosticada pelo estudo do CGEE/ANPEI (2008).

No caso do BNDES também houve um avanço significativo com o lançamento de diversos programas reembolsáveis voltados ao financiamento da inovação, como o PROFARMA e PROSOFT e não reembolsáveis como o FUNTEC, que voltou a ser operado pelo Banco utilizando o mecanismo de editais, utilizados pela FINEP. Nos programas reembolsáveis o Banco solicita à empresa a formulação de um Plano de Negócios, muito extenso e detalhado que vem levando a uma grande morosidade no processo de formulação da proposta pela empresa e de análise e aprovação pelo Banco.

Mas merece destaque em sua atuação a iniciativa de desenvolver em parceria com o Centro de Referência em Inteligência Empresarial – CRIE da COPPE/UFRJ um estudo para desenvolvimento de uma nova metodologia de análise baseada na apropriação de ativos intangíveis apresentados em um Relatório Intelectual.

O trabalho compreende, segundo o Portal CRIE (2009), uma redefinição na metodologia de avaliação de empresas do banco para incorporar no processo de análise e decisão, os capitais intangíveis: ativos do conhecimento como governança, pesquisa tecnológica e inovação, marketing, design, capital humano, capital de relacionamento e capital estratégico.

Os intangíveis já estão transformando a forma pela qual você administra seus negócios, gerencia associados, cria seus produtos, vende seus serviços e interage com clientes. E essa transformação vai continuar. As implicações são profundas para sua estratégia, para equilibrar sua tomada de decisões de longo e curto prazo, para comunicações e revelações, para sua reputação corporativa e para as políticas governamentais que moldam o mundo à sua volta. (LOW ET KALAFUT, 2003, pg.15).

O estudo tem como referência a pesquisa desenvolvida, em 2004, pela Comunidade Européia por meio do Diretório Geral para Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico (DGRDT) intitulado “Desenvolver a Pesquisa em Pequenas e Médias Empresas – Como Estimular a Medição e o Relatório dos Capitais Intangíveis” cujo sumário foi apresentado no número 28 da Revista Inteligência Empresarial, editada pelo CRIE.

As conclusões do trabalho são apresentadas sob a forma de sete recomendações para estimular o capital intelectual em Pequenas e Médias Empresas – PME’s.

O estudo mostra que os métodos tradicionais de apresentação dos dados da empresa estão focados em apresentar os seus resultados passados, com uma informação restrita sobre os valores intangíveis da empresa, fundamentais para dimensionamento de valor no presente e no futuro.

Capital intelectual tem sido definido como a combinação de uma organização de pessoas, recursos organizacionais, relações e atividades. Ele inclui cultura, conhecimento, dons, experiências e habilidades dos empregados, suas atividades de pesquisa e desenvolvimento, rotinas organizacionais, processos, sistemas, base de dados, o seu direito de propriedade intelectual, bem como, todos os recursos vinculados à sua relação externa, tais como consumidores, fornecedores, e parceiros e P&D (INTELIGÊNCIA EMPRESARIAL, 2006, pg. 3).

Ao permitir às empresas um processo de apresentação e mensuração de seus ativos intangíveis, o Relatório Intelectual se transforma em um instrumento fundamental para motivação de seus colaboradores e, principalmente, para as agências de financiamento.

Os benefícios para as PME's podem ser agrupados em duas categorias: a primeira como ferramenta de navegação interna, para ajudar a desenvolver e alocar recursos, criar estratégias, identificar desafios prioritários, monitorar os resultados, facilitando o processo de tomada de decisão...A segunda categoria de benefícios está ligado ao fato de funcionar como uma ferramenta de comunicação da empresa com seu ambiente, sendo usado para atrair recursos – financeiros, humanos, relações com parceiros e clientes e recursos tecnológicos (INTELIGÊNCIA EMPRESARIAL, 2006, pg. 4).

A proposta do Relatório Intelectual é o de complementar de forma inovadora, os instrumentos tradicionais de apresentação da empresa e de seus negócios, realizados por meio de demonstrações financeiras e Planos de Negócio. “Um Relatório Intelectual é complementar ao Plano de Negócios dado que ele mostra como o valor será criado por meio de atividade de P&D e descreve o papel dos vários componentes do capital intelectual” ((INTELIGÊNCIA EMPRESARIAL, 2006, pg. 5).

É relevante destacar que, as propostas apresentadas já estão em aplicação em diversos países, com destaque para a Austrália e o Japão.

O documento propõe o desenvolvimento de 07 recomendações políticas a serem cumpridas para melhor identificação, mensuração e divulgação do Capital Intelectual - CI. Elas compreendem:

1ª Estabelecimento de uma força tarefa europeia que administre e catalise o desenvolvimento do Capital Intelectual;

- 2ª Produzir um Guia Práticos do Relatório de CI para pequenas e médias empresas, bancos, investidores e intermediários;
- 3ª Usar Relatório de CI como importante critério para suporte público;
- 4ª Aplicar Relatório de CI como ferramenta para agências governamentais;
- 5ª Desenvolver pesquisas sobre o impacto de uso do Relatório de CI;
- 6ª Montar um grupo piloto de padronização internacional; e
- 7ª Encorajar bancos a desenvolver novas formas de financiar a pesquisa em pequenas e médias empresas.

Com base nesse estudo o trabalho a ser desenvolvido pelo CRIE se estrutura em torno de três subprojetos: metodologia de avaliação do capital intangível, relatório do capital intangível e ações de sensibilização.

O Banco está aplicando essa proposta na análise de financiamento para 4 empresas de grande porte, atuando em diferentes setores: Embraer, Suzano Papel e Celulose, Totvs (tecnologia da informação) e Genoa (biotecnologia).

Como afirmou o diretor do BNDES, responsável pela contratação do estudo, Rath Fingerl (2007) trata-se de transformar a mentalidade de um banco moldado para estimular o desenvolvimento de uma sociedade industrial em uma instituição que pretende atuar na promoção do desenvolvimento de uma sociedade inserida na era do conhecimento. Para isso, nossas metodologias e métricas precisam ser atualizadas.

Dado a força indutora que uma agência como o BNDES tem para o ambiente de financiamento no país, pode-se supor que, o uso dessa ferramenta tende a se disseminar, certamente, com as adaptações necessárias ao ambiente de negócio nacional.

O uso do Relatório do Relatório de Capital Intelectual poderá representar uma grande contribuição para o aperfeiçoamento do processo de avaliação e decisão sobre alocação de recursos públicos em empreendimentos inovadores, permitindo ampliar os critérios de análise com incorporação de aspectos de mérito e relevância baseados na criação de ativos intangíveis, levando as empresas a direcionar seus planos de negócios para apresentação não de seu passado, mas de elementos que permitam estabelecer seu valor presente e futuro pelo valor do seu capital intelectual.

4. CONCLUSÃO:

O trabalho buscou mostrar a dinâmica dos conceitos de inovação que estão sendo apropriados e, operacionalizados por meio de programas de financiamento de

P,D&I dentro de uma nova perspectiva de avaliação dos critérios de mérito e relevância que determinam a decisão de investir os recursos públicos diretamente no setor produtivo nacional.

O trabalho mostrou que passamos por uma fase de transição, tanto por parte das agências, como por parte das empresas, em termos de capacitação para formular instrumentos alinhados com os novos conceitos e valores resultantes do uso do conhecimento como variável fundamental de competitividade no mercado globalizado.

A utilização dos novos instrumentos também requer maior capacidade de organização e de planejamento por parte das agências e das empresas.

Os organismos oficiais de financiamento, como FINEP e BNDES, apontam para o uso de planos de negócios como instrumento para a sua tomada de decisão sobre alocação de recursos.

A base conceitual para sua formulação aponta na direção do uso de conceitos de gestão do conhecimento, com valorização de ativos intangíveis no estabelecimento dos critérios de avaliação.

No caso das empresas intensivas em tecnologia é necessária a formulação de estratégias mais claras na concepção de seus projetos de inovação. Em muitos casos, isso implica mudanças relevantes na cultura organizacional e, mais especificamente, na estruturação e apropriação das informações e atividades de P&D e inovação.

“O primeiro passo para a maioria das lideranças é reconhecer que suas companhias de fato possuem capital intelectual e que esse capital tem valor para a empresa. Os executivos devem enfrentar a verdade – normalmente desconfortável – de que a maneira em que a organização de fato cria valor pode ser diferente da noção que eles tem em sua mente” (LOW ET KALAFUT, 2003, pg. 157).

A evolução dos diversos instrumentos de financiamento a inovação mostra a formação de um cenário de oportunidades para as empresas intensivas em tecnologia. O país apresenta uma expansão sistemática de instrumentos e recursos para a área de P,D&I que começam a desenhar um ambiente mais favorável à criação de estratégias que priorizem o desenvolvimento de conhecimento e sua transformação em bens e serviços inovadores para atendimento às demandas da sociedade, mas que, necessariamente, precisam ser aperfeiçoados para melhor atender às demandas e características dos setores empresariais que investem em tecnologia e inovação.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Atlas, 1996.
- CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS - CGEE. **Avaliação da Primeira Chamada Pública de Subvenção Econômica**. Disponível em www.cgee.org.br. Acesso em 26.06.2009.
- CENTRO DE REFERÊNCIA EM INTELIGÊNCIA EMPRESARIAL – CRIE/COPPE/UFRJ. Disponível em www.crie.coppe.ufrj.br Acesso em 03.07.2009.
- CGEE/ANPEI. **Os Novos Instrumentos de Apoio à Inovação: Uma Avaliação Inicial** Brasília-DF: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos – Associação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento 2008.
- DORNELAS, José Carlos Assis. **Empreendedorismo: Transformando Idéias em Negócios**. 3ª Edição, Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.
- FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS – FINEP. **Glossário de Termos Técnicos**. Disponível em <www.finep.gov.br> Acesso: 23/06/2009.
- FINGERL, Rath. **Metodologia de Avaliação de Ativos Intangíveis**. Disponível em www.crie.coppe.ufrj.br Acesso em 03.07.2009.
- GIL, Antônio C.. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.
- GUIMARÃES, Fábio Celso de Macedo Soares. FINEP. Rio de Janeiro, 2000.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Pesquisa de Inovação Tecnológica – 2005**. Disponível em www.pintec.ibge.gov.br Acesso em 28/06/2009
- LONGO, W.P. **Conceitos Básicos sobre Ciência Tecnologia**. Rio de Janeiro, FINEP, 1996.
- LOW, Jonathan; KALAFUT, Pam C, **Vantagem Invisível**. Como os Intangíveis Conduzem o Desempenho da Empresa. Porto Alegre: Bookman, 2003.
- MATTOS, João Roberto Loureiro de; GUIMARÃES, Leonam dos Santos. **Gestão da Tecnologia e Inovação**. Uma Abordagem Prática. São Paulo: Saraiva, 2005.
- Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE. **Manual de Oslo – Diretrizes para Coleta e Interpretação de Dados sobre Inovação**. 3ª Edição, Rio de Janeiro: ARTI/FINEP, 2005.
- REVISTA INTELIGÊNCIA EMPRESARIAL – **Desenvolver a Pesquisa em Pequenas e Médias Empresas** – Como Estimular a Medição e o Relatório dos Capitais Intangíveis. Volume 28, 2006. Editada pelo CRIE/ COPPE da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006
- ROSSI, Anderson. **A Inovação na Prática das Organizações**. Fundação Dom Cabral. Disponível em <www.fdc.org.br> Acesso em 04.07.2009.
- SALVADOR, Ângelo Domingos. **Métodos e técnicas de pesquisa bibliográfica: elaboração de trabalhos científicos**. 6. ed. Porto Alegre: Sulina, 1977.
- SBRAGIA, Roberto (Coord.), ANDREASSI, Milton de Abreu Campanário Tales. **Inovação: Como vencer esse desafio empresarial**. São Paulo: Clio, 2006.

SILVA, Carla Maria de Souza. **Inovação e Cooperação: O Estado das Artes no Brasil**. Revista do BNDES, Rio de Janeiro, V. 7, N. 13, P. 65-88, jun. 2000.

SVEIBY, Karl E. **A nova riqueza das organizações: gerenciando e avaliando patrimônios de conhecimento**. Rio de Janeiro: Campus, 1998